

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	02	B

OF. PRE. DEL. Nº 041

Vitória, 03 de Dezembro de 2018.

Senhor Prefeito,

Com o objetivo de instruir o processo protocolado nesta Casa sob o nº **9872/18** cuja cópia segue em anexo, solicitamos sejam prestadas as seguintes informações:

- I - Se existe a área a que se refere o Projeto de Lei nº **5049/18**, de autoria do Sr. Vereador **Dalto Neves**, contido no processo acima citado;
- II - Em caso afirmativo, informar se já existe denominação oficial;
- III - Se já existe logradouro com a denominação mencionada no referido processo.
- IV - Caso a resposta do item II seja afirmativa, por se tratar de alteração de denominação de Logradouro Público, com base no que dispõe o artigo 48 da Lei 6080/2003 (Código de Posturas), informar se a proposição reuniu o requisito de que trata o Inciso III do artigo 48 da citada Lei. Observa-se que a resposta ao presente ofício deverá ser encaminhada a esta Casa de Leis no prazo de 15 dias, conforme prevê o Inciso III do artigo 48 da Lei nº 6080/2003.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Ao
Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito de Vitória
NESTA

Processo **7147473/2018** Prioridade **NORMAL**
Data 06/12/2018 Hora 16 55
Requerente VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto INFORMAÇÕES REFERENTES A LOGRADOUROS
Documento OFÍCIO - 041/2018
Destino **SEGOV/SUB-RI**
Volume 01/01





Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	08	13

SEGOV/ GAB-REQ-LOG/053

Vitória, 14 de março de 2019

Senhor Presidente:

Em resposta ao pedido de informação referente ao Projeto de Lei nº 5049/18, de autoria do Vereador Adalto Bastos das Neves, encaminho o Ofício nº 040/19, da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade.

Atenciosamente,

Elisabeth Angela Endlich

Secretária de Governo

Processo: 0/2019
Tipo: Documento: 1287/2019
Área do Processo: Administrativa
Data e Hora: 19/08/2019 15:58:10
Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória
Assunto: Resposta ao pedido de informação referente ao Projeto de Lei nº 5049/18, de autoria do Adalto Bastos das Neves

Exmo. Sr.

Vereador Cleber José Félix

Presidente da Câmara Municipal de Vitória

Nesta

Ref.Proc. 7147473/18 - PMV

9872/18 - CMV

evd



**PREFEITURA
DE VITÓRIA**

Secretaria de Desenvolvimento da Cidade
www.vitoria.es.gov.br

CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	09	13
Rubrica		10 P.M.V

OFÍCIO N.º 040/2019 - SEDEC/GAB

Vitória, 04 de fevereiro de 2019

Senhor Prefeito,

Em atenção ao processo nº 7147473/2018, referente ao Projeto de Lei nº 5049/2018, protocolado na Câmara Municipal de Vitória sob o nº 9872/2018, de autoria do Sr. Vereador **Dalto Neves**, informamos a V.Exa. que o logradouro existe, trata-se de uma escadaria e a denominação sugerida não consta no ementário de logradouros oficiais do município, estando de acordo com a Lei nº 6080/2003.

Portanto, recomendamos que a Lei tenha a seguinte redação:

*“Art. 1º. Fica denominado **Escadaria Antonia Maria dos Santos** o logradouro público com início Rodovia Serafim Derenzi (ponto de coordenadas UTM E= 359.056,636 e N= 7.754.341,007) e término sem saída (ponto de coordenadas UTM E= 358.982,341 e N= 7.754.349,748), no Bairro Santo Antônio”.*

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Atenciosamente,

HENRIQUE VALENTIM MARTINS DA SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Exmo. Sr.

LUCIANO SANTOS REZENDE
Prefeito Municipal de Vitória

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	10	15

À Secretaria das Comissões Permanentes
Para encaminhar a Comissão de Justiça
Em 13/08/19

Diretor do DEL

Ao Sr. Presidente da Comissão de Justiça,
para designar Relator, nesta data.
Em 28/08/19

Secretaria das Comissões

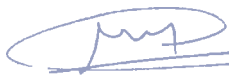
Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões) até
28/08/19

Secretaria do S.A.C.
Eneluf

DESIGNO PARA RELATAR
NA COMISSÃO DE JUSTIÇA.

Leonil Dias

27/08/19


Sandro Parini
Vice-prefeito PDT
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Vitória/ES, 02 de setembro de 2019

Ao Exmo. Sr. Procurador da Câmara Municipal de Vitória
Nesta

Processo nº: **9872/2018**
Projeto de Lei: **5049/2018**
Autor: **Dalto Neves**

Senhor Procurador,

Solicitamos através desta uma consulta a respeito da legalidade onde "Denomina Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória."

Nesta oportunidade, reitero protestos de mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,



LEONIL
VEREADOR PPS

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	22	13

do Juizador Sargento Ruyini, Presidente da Comissão
de Justiça, p/ certificação e Providências, conforme
a Solicitação do Uilator

2

SAC
Em, 03/07/19

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões) até

05/10/2019

Secretaria do S.A.C.

FAVOR ENCAMINHAR A PROCUROTORIA DESTA ATA
PARA ELIUIAS DE PATRECEN, CONCORDAR COM O
TO VERGADOO CONDIÇÃO




1-1 Procuradoria

Segui para Elatona Parua orientado, por
solicitação do relator.

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões) até

03/10/19

Secretaria do S.A.C.

AO SAC,

Com a presente anexo.

Em, 13/09/2019


Larissa Togneri Melo
Procurador Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Comissão de Sustentação

Ao Sr. Vereador Severino

Dias

para relatar

Em 13/09/2019

Prazo limite para devolução ao S.A.C.
(Serviço de Apoio às Comissões) até

27/09/19



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	13	

PARECER JURÍDICO Nº 206/2019

PROCESSO Nº 9872/2018

Senhor Presidente da Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação, Vereador Sandro Parrini:

PROJETO DE LEI Nº 5049/2018. DENOMINA ESCADARIA ANTONIA MARIA DOS SANTOS, O LOGRADOURO PÚBLICO LOCALIZADO NO BAIRRO SANTO ANTÔNIO, DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.

POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL.

Esta Douta Procuradoria foi instada a manifestar-se acerca do Projeto de Lei nº 5049/2018 (PROCESSO 9872/2018), de autoria do Vereador Dalto Neves, que **Denomina Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória.**

O Presidente da Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação, o **Sr. Vereador Sandro Parrini, solicitou parecer jurídico orientativo.**



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

Sendo este o relatório.

Para melhor entendimento acerca do tema, transcrevo na íntegra o Projeto de Lei em análise, *verbis*:

"Art. 1º. Fica denominado "Escadaria Antonia Maria dos Santos", o logradouro localizado ao lado do Studio Wil tatuagem e casa nº 905, perpendicular à Rodovia Serafim Derenzi, no Bairro Santo Antônio, em Vitória.

Art. 2º. As despesas com a confecção de placa indicativa, ficarão por conta de dotações próprias do poder executivo, suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Quanto à constitucionalidade material e formal do Projeto em questão, não há impedimento e limitação de legislar em relação à matéria e não apresenta vício de iniciativa, haja vista que a matéria é de interesse local, nos termos do art. 30, inc. I, da Constituição Federal.



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	14	

Sobre a expressão "interesse local", Hely Lopes Meirelles aduz:

"(...) o interesse local se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância" (cf. in Direito Municipal Brasileiro, 17ª ed., Malheiros, São Paulo, 2014, p. 136).

Ademais, havendo aumento de despesa ao Poder Executivo, via de regra, haveria **a existência de vício de iniciativa por parte do poder Legislativo**, em afronta ao texto expreso previsto no art. 91, inc. V, alínea "a" e art. 63, inciso III da Constituição do Estado do Espírito Santo, assim como, ao art. 113 da LOM de Vitória/ES, vejamos:

"CE/ES:

Art. 91. Compete privativamente ao Governador do Estado:

(...)

V - dispor, mediante decreto, sobre:



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

a) **organização e funcionamento da administração estadual,** quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Art. 63. A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos estabelecidos nesta Constituição.

Parágrafo único. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

III - organização administrativa e pessoal da administração do Poder Executivo;"

No mesmo sentido artigo 113 da Lei Orgânica de Vitória:

"Art. 113 Compete privativamente ao Prefeito Municipal:

(...)

V - dispor, mediante Decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração municipal, quando não implicar



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	15	

aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

Em caso semelhante ao presente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo se manifestou pela constitucionalidade da Lei **que não gera despesas a Municipalidade**, vejamos:

*"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI – Lei de iniciativa parlamentar que dispõe sobre "a obrigatoriedade de divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas de especialistas, exames, e cirurgias na rede pública municipal" na Comarca de Ribeirão Preto iniciativa comum, **que não gera despesas a Municipalidade** **inocorrência de vício Reserva de iniciativa do Poder** Executivo elenca 'numerus clausus' no artigo 24, §2º da Constituição Estadual e artigo 61 da Constituição da República – improcedência da ação.*

(TJ-SP ADI: 20113965220148260000 SP 2011396-52.2014.8.26.0000, Relator: Xavier de Aquino, Data de Julgamento: 06/08/2014, Órgão Especial, Data da Publicação: 13/08/2014)."GN



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo
PGE

Logo, **opino pela VIABILIDADE técnica da proposição feita**, segundo considerações acima descritas e devolvo à Comissão de Justiça, Serviço Público e Redação para providências e análise de mérito.

Este é o parecer, S.M.J.

Edifício Attílio Vivácqua, em 13 de setembro de 2019.


LARISSA TOGNERI MELO
Procurador Legislativo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Projeto de Lei: **5049/2018**

Processo: **9872/2018**

Autor: **Dalto Neves**

Ementa: **"Denomina Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória."**

I – RELATÓRIO

De autoria do vereador **Dalto Neves**, o projeto de Lei em epígrafe Denomina Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória, tendo sido protocolado nesta casa de Leis em 12 de novembro de 2018, as fls. 01/05 dos autos.

Nos termos de sua justificativa o vereador alega que o Projeto tem o objetivo de denominar Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antonio, do município de Vitória. Alega ainda que a homenageada morou ao lado da referida escadaria, inclusive sendo a moradora mais antiga do local, sendo esta, admiravelmente lembrada por todos que ali residem.

Em cumprimento as normas dispostas no regimento interno da Câmara Municipal de Vitória – Resolução n.º 1.919/2014, objetivando sua regular sua tramitação, o Projeto foi encaminhado à Comissão de Justiça, para emissão de parecer.

É o relatório.

II – PARECER DO RELATOR

Em detida análise ao projeto de Lei em tela e, sob estrita observância à prerrogativas regimentais, especialmente constantes no inciso I do artigo 61, da Resolução de n.º

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

1.919/2014, a qual estabelece que compete à Constituição de constituição e justiça, serviço público e redação opinar sobre questões que dizem respeito a constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, esta comissão entende o seguinte:

O projeto de Lei em epígrafe denomina Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória.

O vereador alega que o Projeto tem o objetivo de denominar Escadaria Antonia Maria dos Santos, o logradouro Público localizado no Bairro Santo Antônio, do Município de Vitória. Alega ainda que a homenageada morou ao lado da referida escadaria, inclusive sendo a moradora mais antiga do local, sendo esta, admiravelmente lembrada por todos que ali residem

Conforme se observa no ofício n. 040/2019 – SEDEC/GAB, restou confirmado que o logradouro existe e que não possui denominação para o mesmo, sugerindo ainda a alteração da redação do Art. 1º por motivos técnicos.

Neste sentido, observados os requisitos para instrução do projeto, não vislumbramos impedimentos para que o logradouro seja denominado conforme objetiva o Projeto, ressaltando a emenda modificativa sugerida.

Outrossim, considerando que a Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber, verifica-se que o referido processo atende aos anseios da Carta Magna:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

Também não há que se falar em vício de iniciativa, considerando que a matéria ventilada no referido projeto não se enquadra no rol do artigo 80, parágrafo único, incisos I a IV da Lei orgânica municipal.

Com estes fundamentos, a proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a Constitucionalidade e Legalidade, manifestando-se este relator, pela admissibilidade do Projeto de Lei enunciado, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

Por fim, nos termos da Lei federal n. 95 de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 59 da Constituição federal, verificou-se que redação do projeto de Lei está adequada a melhor técnica legislativa.

III - VOTO

Analisando o projeto supracitado a luz do ordenamento jurídico-constitucional vigente, verifica-se o não atendimento a formalidade processualística e a obediência aos preceitos constitucionais.

Diante disso, constando a existência de vício, entendemos que esta comissão não pode se manifestar de outra maneira que não seja pela aprovação.

Ante o exposto, é que se entende pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do **Projeto em análise, observada a emenda modificativa que segue em anexo.**

É o parecer.

Palácio Atílio Vivacqua, 19 de setembro de 2019.


LEONIL
VEREADOR PPS



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 9872/2018, NOS TERMOS DO ARTIGO 222, III, DO REGIMENTO INTERNO

“MODIFICA O ART. 1º, DO PROJETO DE LEI N.º 9872/2018”

Art. 1º - O dispositivo abaixo passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º - Fica denominado Escadaria Antonia Maria dos Santos o logradouro público com início Rodovia Serafim Derenzi (ponto de coordenadas UTM E = 359.056.636 e N = 7.754.341.007) e término sem saída (ponto de coordenadas UTM E = 358.982.341 e N = 7.754.349.748) no Bairro Santo Antônio.”

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 19 de setembro de 2019.

**LEONIL
VEREADOR PPS**

(27) 3334-4525 | gabinete.leonil@vitoria.es.leg.br | Facebook: @leonil.vitoria

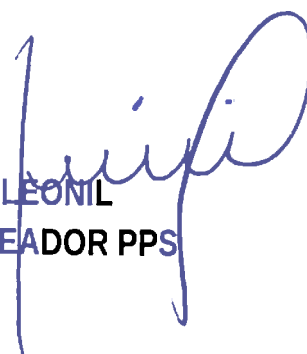
Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788, 7º andar, sala 704, Bento Ferreira, Vitória-ES - 29.050-940

Identificador: 3100320034003300360032003A00540052004100 Conferência em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/spl/autenticidade>.

JUSTIFICATIVA

A referida emenda modificativa ao Artigo 1º do projeto de lei n.º 5049/2018 se faz necessária para melhor adequação ao Ofício da Secretaria de Gestão, Planejamento e Comunicação da Prefeitura de Vitória, por se tratar de um Logradouro Público.

Palácio Atílio Vivacqua, 19 de setembro de 2019.



LEONIL
VEREADOR PPS

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA		
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
9872	19	

Reunião : 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE C.JUSTIÇA
Data : 26/09/2019 - 13:40:33 às 13:41:29
Tipo : Nominal
Turno : Ata
Quorum :
Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
30	Leonil	PPS	Sim	13:41:19
32	Mazinho dos Anjos	PSD	Sim	13:41:18
34	Roberto Martins	PTB	Sim	13:41:13
28	Sandro Parrini	PDT	Sim	13:41:15
21	Vinicius Simões	PPS	Sim	13:41:15

Totais da Votação :	SIM	NÃO	TOTAL
	5	0	5


PRESIDENTE

SECRETARIO

